

GEOGRAFIA: CIÊNCIA COROGRÁFICA E CIÊNCIA COROLÓGICA

Fabiana Machado Leal
Universidade de São Paulo
São Paulo
fabianaleal@usp.br

Resumo

O presente trabalho faz parte de um esforço maior que resultará na defesa da dissertação de mestrado. Neste contexto se coloca enquanto um esforço ainda parcial (e incompleto) de sistematização das ideias aqui expostas. Contudo, pretende-se com ele alcançar algumas contribuições para a discussão epistemológica da ciência geográfica. Desta forma, o trabalho analisa alguns dos autores clássicos do pensamento geográfico que tomaram a corografia e a corologia como um princípio fundamental para essa ciência, para assim procurar compreender a localização como princípio fundamental aos estudos geográficos.

Vários autores atribuíram à geografia a incumbência de localizar e descrever as diferentes partes da superfície terrestre. Por este motivo iremos investigá-los, atentando para as contribuições que eles podem nos oferecer, uma vez que trataram diretamente dos princípios da localização como ponto de partida para as reflexões da geografia e como elemento chave para as discussões de método da ciência.

Palavras-chave: localização; corologia; corografia; epistemologia; geografia.

Introdução

A análise da dimensão espacial sempre foi tomada como questão fundamental para o entendimento das proposições geográficas. Por muito tempo, fazer geografia envolvia antes de mais nada o esforço contínuo de localizar fenômenos no espaço. Justamente por se localizarem e se distribuírem neste mesmo espaço é que estes fenômenos eram considerados como fenômenos geográficos. Ou seja, as propostas das análises que se estabeleciam nos

limites do saber geográfico foram elaboradas e definidas com o intuito de mostrar que qualquer lugar localizável na superfície terrestre era passível de estudos criteriosos, ainda que fosse necessário, em alguns casos, recortar essa superfície em “pedaços” menores.

Antes mesmo de se constituir como ciência moderna, os estudos denominados geográficos tomavam para si a dupla tarefa de precisar sobre fenômenos gerais, passíveis de aplicação de leis e fenômenos singulares e, portanto, específicos.

Se coube a Alexander Von Humboldt e Karl Ritter, no século XIX, o trabalho da sistematização da geografia no âmbito das ciências modernas, deve-se a Bernard Varenius a incumbência de relacionar essa dualidade, ou dupla tarefa, instaurada desde seus primórdios. Para ele, a geografia surgia da possibilidade de interlocução entre dados dotados de características gerais e dados de características especiais. Desta forma, a geografia daria conta de abarcar o seu objeto – a superfície da Terra e suas partes – como apontava o próprio autor. Pode-se assim apresentar de um lado os fenômenos matemáticos e astronômicos passíveis de aplicações de leis e generalizações, e de outro os fenômenos específicos de um determinado lugar. Lados interdependentes e não excludentes.

Vários pensadores do saber geográfico, mesmo em um período pré-sistematização, se ocuparam em analisar tal divisão. Da interdependência a mais uma dicotomia não superada dentro da ciência geográfica temos uma série de debates que apontam para a constituição de seu caráter nomotético ou idiográfico. Ou seja, seria a geografia uma ciência capaz de formular leis gerais ou caberia a ela estudar fatos únicos?

No escopo desta discussão aparece a figura de Immanuel Kant. Conforme aponta Ruy Moreira (2008, p.14), era necessário para o filósofo encontrar uma reflexão conjunta para se pensar a natureza e o homem. Surge daí sua aproximação com a geografia. A relação de Kant com a ciência geográfica, bem como sua contribuição, é pouco difundida em comparação a sua extensão e relevância. Para ele, os conhecimentos do mundo viriam das experiências conjuntas que nós temos da natureza e do homem. Nestes termos, a Antropologia daria conta do conhecimento do homem, cabendo à geografia física ou *descrição da Terra*, o conhecimento da natureza.

De acordo com seus apontamentos a descrição física da Terra seria a primeira parte do conhecimento do mundo – este visto enquanto cenário e substrato onde se desenrolam as habilidades do homem. Podemos pensar que ao definir os propósitos da geografia, e ao

afirmá-la como o campo do saber responsável pelo conhecimento da natureza, Kant embasou aqueles que já a tomavam enquanto a ciência que, ao localizar e descrever fenômenos daria ordem, e sugeriria certas explicações aos eventos da superfície terrestre.

Segundo o filósofo, a geografia constituía-se enquanto uma descrição, ou mesmo classificação e taxonomia das coisas que são encontradas na Terra, ou ainda das coisas do mundo físico – em seu sentido aristotélico, como aponta Ruy Moreira (2008, p.14). Daí a denominação *Geografia Física*, que em nada diz respeito àquela que conhecemos atualmente.

Segundo ele, a descrição geográfica constituía-se como uma classificação física das coisas encontradas na Terra, tratava-se então, de ordenar as coisas de acordo com a região onde elas eram efetivamente encontradas.

A história, bem como a geografia, podem ser designadas como descrições, porém a história é o registro dos acontecimentos que se sucedem no tempo, (*nacheinander*) a geografia é o relatório de fenômenos que se sucedem no espaço (*nebeneinander*). Juntas, representam o todo de nossa percepção (isto é, o Conhecimento Empírico). (TATHAM, 1960, p. 559).

Com esta passagem, observamos que é Kant o responsável por inaugurar o debate espacial na geografia. Até então, não se falava em espaço, mas sim, superfície terrestre. Kant dividia as ciências entre sistemáticas, cronológicas e corológicas. Do ponto de vista de seus ordenamentos, História e Geografia constituíam-se como ciências descritivas, sendo a primeira cronológica (uma descrição no *tempo*) e a segunda, corológica (uma descrição no *espaço*).

Olhando para o pensamento de Kant torna-se acessível associar que a tarefa da geografia se constituía a partir da localização, da descrição e classificação dos fenômenos neste espaço, confundido aqui com a superfície terrestre. Desta forma, podemos pensar que a influência de seu pensamento fez perdurar na geografia esta tradição. Ainda que aos poucos se deixasse de lado mais a produção de exaustivos inventários descritivos de partes do mundo, a tarefa da geografia era claramente a de ordenar e descrever as coisas da Terra, buscando-se, ou não, relações explicativas ou causais para as diferenciações daquilo que era estudado.

O princípio geográfico sob influência de Kant continuaria desta forma, a ser o da localização e da descrição dos fenômenos na superfície terrestre, tomada pelos seus sucessores como espaço. Sendo assim, o todo – o espaço – para ser compreendido deveria tornar-se um grande mosaico de partes menores.

As contribuições de Humboldt e principalmente Ritter, com seu método comparativo, chamam atenção para a organização do pensamento geográfico baseada no legado kantiano. Talvez de maneira precipitada, dado que esses dois autores nunca excluíram a “outra face” da geografia, Ritter e Humboldt tiveram seus nomes relacionados à Geografia Regional e à Geografia Geral, respectivamente. Apesar dos diferentes caminhos trilhados ambos enxergavam na interdependência das generalizações e das especificidades o êxito para o entendimento do mundo. É neste contexto que a geografia começa a definir seu arcabouço teórico, contudo, defini-la ainda era uma tarefa delicada. Sobretudo, quando surgem, no campo científico, tendências em separar as ciências da natureza das ciências humanas. Começava então a “consagrada dicotomia” entre a Geografia Humana e Geografia Física, que perdura até os dias atuais. Neste momento de debate e, mesmo de cisão, dentro da própria ciência, coube a Geografia Regional, num primeiro momento, resolver o impasse.

Esta tendência de separar ciências dos homens e da natureza, de certa forma atrapalhava as pretensões da geografia de se afirmar como um saber científico. A alternativa para garanti-la como o status científico, estava na síntese dos fenômenos naturais e humanos dados em uma determinada região (ou área, como alguns apontavam).

Este impasse metodológico seria então resolvido a partir do momento em que a Geografia assumisse como seu objetivo o estudo de fenômenos diversos em uma determinada unidade espacial, que se configurava como ideal para se compreender a totalidade dos fenômenos, ou ainda, a pluralidade das coisas. Desta forma, a geografia garantia seu status de “ciência do singular”, e a perspectiva corológica tornava-se o método ideal para tal finalidade, pois dava unidade à diversidade dos fenômenos estudados pela geografia. Assim, a esta ciência caberia o papel de localizar, definir, descrever e comparar lugares, abarcando fenômenos de origens distintas.

Usamos até o momento os termos *corografia* e *corologia* sem realizarmos qualquer diferenciação. Ainda que a mera distinção não seja a principal motivação deste trabalho, consideramos necessária uma vez que apesar de ambos terem sido amplamente difundidos ao

longo da história do pensamento geográfico, poucos são os que se lembram destes princípios nas discussões epistemológicas da ciência geográfica.

Podemos perceber que a geografia tentou responder especialmente sobre *onde estavam* os fenômenos que lhes interessava. Feita esta primeira constatação, partia-se para o método da observação e descrição, e mais tarde para a comparação. O fundamento que ordenava esse pensamento foi chamado, num primeiro momento de *corografia*.

O termo *corografia*, que pode ser entendido como a *descrição de regiões* ou ainda *escrita das regiões*, foi amplamente utilizado entre os séculos XVII e XVIII, tendo em Varenius um dos principais responsáveis por sua divulgação. Ao usar este termo, Varenius pretendia reforçar, sobretudo, a característica de delimitar e descrever regiões individuais da Terra.

O termo *corologia* foi retomado na geografia por Ferdinand Von Richthofen em 1883. Desta forma, embora seus estudos fossem voltados à Geografia Política reconhecia que o princípio relativo à área era indispensável à geografia, dada a natureza heterogênea dos fenômenos da superfície terrestre. (TATHAM, 1960, p.578). Outros autores também utilizaram amplamente este termo, inclusive àqueles ligado à Biologia e Ecologia, sempre se remetendo a ele quando da necessidade de distribuir ou classificar unidades taxonômicas.

Notamos aqui que não há uma preocupação por parte desses geógrafos em definir de fato o que significa estes termos, muitas vezes eles são mesmo usados como sinônimos. Claramente não há também uma distinção entre o uso da palavra região ou área. O termo *chòros*, de origem grega, é usado por estes geógrafos como sinônimo de área, lugar, região, ou seja, uma unidade espacial qualquer. Assim, podemos notar que aquilo que interessava para eles era a descrição, o estudo, a análise de partes da superfície terrestre, que eles denominavam de diferentes formas. Na verdade, todas elas concorriam para a constituição do todo (a superfície terrestre, como queria alguns; ou o espaço, como apontava outros).

Ruy Moreira em sua mais recente obra, O Pensamento Geográfico Brasileiro (2008) enxerga uma distinção entre os termos e mesmo um momento de conversão da *corografia* à *corologia*, recorrendo à Ritter pra explicá-la. Segundo ele, corografia fazia referência a um estágio taxonômico e descritivo da geografia, que Ritter vai sepultar com seu método

comparativo. Para este último, como já foi apontado, toda geografia que ultrapassava a mera descrição tornava-se comparativa.

Há ainda aqueles que usam o termo *corologia* pra lembrar as relações existentes dentro de uma região individual. Mais tarde, veremos como este termo ganha força, especialmente com Alfred Hettner e Richard Hartshorne.

Para nós, neste momento fica a sensação de que para esses geógrafos, sobretudo os mais antigos, essa distinção era quase imperceptível. Olhando para as colocações de Ruy Moreira conseguimos compartilhar e mesmo apontar algumas hipóteses iniciais do que esses termos podem significar para a ciência geográfica.

Acreditamos que apesar da falta de clareza dada aos termos, ambos se constituíram enquanto fundamentos elementares do pensamento geográfico e, portanto, não podem ser descartados das agendas de discussão desta ciência, assim, ambos se constituíram como um meio de superação dos impasses da geografia, especialmente para que não lhe fosse tirada a qualidade de ciência moderna. Esta solução ganhou força, sobretudo na França, onde a região passou a ser o objeto de estudo da geografia.

O geógrafo francês Paul Vidal de La Blache foi sem dúvida um dos maiores expoentes desse pensamento, influenciando mais de uma geração de geógrafos, franceses ou não, a produzir inúmeros trabalhos que ficaram conhecidos como monografias regionais. Estas, responsáveis por revelar o caráter único de cada lugar em seus diversos aspectos.

Mais tarde, Alfred Hettner e Richard Hartshorne reafirmaram a perspectiva corológica da geografia ao apresentá-la como a ciência da diferenciação de áreas – elemento a distingue das demais ciências. Segundo Gomes (1996):

Há outros campos que estudam os menos fenômenos, a geologia, a climatologia, a botânica, a demografia, a economia, a sociologia etc., mas só a geografia, segundo Hartshorne, tem esta preocupação primordial com a distribuição e a localização espacial e este ponto de vista é o elemento-chave na definição de um campo epistemológico próprio à geografia. (GOMES, 1996, p. 59)

Juntamente com o método chegaram suas críticas, dentre elas o excepcionalismo de Schaefer, que apontava dentre outros aspectos, que esta perspectiva de descrição do único jamais alcançaria um caráter científico. Fato é que a geografia regional pouco avançou em suas pretensões nesses últimos anos. Distante das agendas de discussão deixa-se de lado um rico debate, deixando-a entregue ao esgotamento da descrição sem o esforço de seu entendimento enquanto uma questão de método da própria ciência.

Estas linhas introdutórias procuram resgatar a importância desta reflexão e trazer para o debate atual da geografia uma questão tão cara como central. Este trabalho é apenas uma tentativa de sistematização destes apontamentos com o intuito de resgatar a importância do sentido de localização e dos princípios da corografia e da corologia como fundamentos da ciência geográfica. Todavia, não se constitui apenas enquanto um relato da história do pensamento geográfico. Trazer à tona o caminho trilhado por esses autores envolve uma discussão daquilo que foi posto a luz de uma geografia que se pretende contemporânea. Ou seja, visando à consolidação de um debate contemporâneo é que olharemos para as contribuições passadas.

Objetivos

A partir da reflexão do percurso traçado por alguns autores do pensamento geográfico – acerca da localização, das noções de corologia e corografia – pretende-se mostrar a importância desta discussão no debate atual da geografia, sobretudo, àquele que diz respeito ao entendimento do sentido de localização, proposto por Elvio R. Martins (2007).

Verificaremos então, a extensão que os limites que a geografia encontrou neste debate. Há então a necessidade de se investigar quem são esses autores do pensamento geográfico que trataram diretamente dos princípios da localização como ponto de partida para o entendimento da geografia, bem como suas reais contribuições para o desenvolvimento de um método que se pautava nestas questões. Sem a intenção de se criar anacronismos, o interesse em resgatar os clássicos do pensamento geográfico caminha na direção do entendimento da realidade contemporânea. Para tanto, buscamos sempre pautarmo-nos na configuração do mundo atual, bem como quais questões tornam-se relevantes à geografia neste cenário. O entendimento do sentido de localização e da consciência geográfica, bem

como o caminho trilhado por autores clássicos, aparece para nós como elementos centrais para uma possível contribuição à elaboração de novas bases as questões aqui apontadas.

No trilhar dos nossos questionamentos, acreditamos serem as colocações de Fredric Jameson (2004) essenciais para o desenvolvimento deste trabalho. Desta forma, na busca do entendimento do sentido de localização, também procuraremos desvendar as proposições que este autor apresenta, sobretudo, àquela que diz respeito à necessidade de reconquista do sentido de localização.

Assim, dentro destes objetivos, pretendemos também ultrapassar os limites do campo da disciplina e realizarmos um debate com autores de outras áreas, a fim de ampliarmos o leque de discussão e de possibilidades daquilo que se é estudado. Dentro delas, a Arquitetura e a Psicologia aparecem, pelo menos neste momento, como principais interlocutoras.

Resultados Alcançados

A partir de agora apontaremos os principais resultados obtidos nos termos das proposições apresentadas. Conforme aquilo que foi apresentado nas linhas anteriores, este trabalho constitui-se enquanto uma tentativa de sistematização de ideias acerca de uma questão tomada por nós como fundamental para o debate geográfico atual, a saber: a questão da *localização*. Neste sentido, tomamos para nós o exercício constante de elaboração de uma análise geográfica do mundo atual – ou pós-moderno – e que aponta para uma reflexão acerca do entendimento de um contexto específico que marcadamente diz respeito a essa realidade. Acreditamos então, que para, e na geografia, essa realidade revela a cidade e suas especificidades como traço marcante.

Será na relação do homem com seu meio geográfico, este entendido nos termos de Albert Demangeon (1963), que pensaremos a localização enquanto realização imediata da própria relação, bem como possibilidade de termos aquilo que chamamos de *consciência geográfica* do mundo do qual se faz parte.

O ponto de partida da reflexão diz respeito à constatação de que *estamos no mundo*; e desta, a indagação sobre o significado, e a real importância de se estar localizado? Dito de outro modo, tomamos a localização enquanto elemento que garante ao indivíduo a tomada daquilo que acreditamos ser a consciência geográfica.

Muito provavelmente poucas pessoas se posicionariam contra a afirmação de que a história pressupõe uma cronologia. Todavia, afirmar da mesma forma que a geografia hoje pressupõe uma corologia, possivelmente soaria estranho para muitos. O que se pretende nesse trabalho é justamente questionar, e em momento oportuno afirmar, tal constatação. Acreditamos que não seria possível pensarmos no conteúdo geográfico sem este fundamento corológico, da mesma forma, acreditamos que não podemos falar em geografia sem a noção de localização.

Podemos considerar que a tradição do pensamento geográfico, dentre outros aspectos, preocupou-se com tal noção a partir daquilo que ficou conhecido como estudos corológicos, ou corologia. E que teve como um de seus representantes Carl Sauer, ao publicar The Morphology of Landscape em 1925, quando este aponta a geografia como a ciência da “diferenciação de áreas”, parafraseando a proposição de Hettner¹. Tais estudos diriam respeito à diferenciação das partes da superfície terrestre. Ou seja, tratava-se da distribuição espacial de fenômenos, e de diferenciações e especificidades subseqüentes em suas diferentes localizações. Nestas especificidades a geografia revelaria sua importância, enquanto estudo descritivo e analítico. E a corologia apareceria, assim, como fundamento da ciência.

Esta especificidade da geografia – de tomar a corologia como elemento fundamental – surge antes mesmo de Varenius, como já foi colocado. A este autor ficou o consagrado encargo de desenvolver a relação entre as vertentes geral e particular. A geografia geral, ou universal, estudada na célebre obra deste autor, Geographia Generalis – permitia a construção de conceitos mais gerais, ou de propriedades mais gerais da Terra, considerando-a em seu conjunto, sem dar conta de suas particularidades. Já a geografia particular, especial ou mesmo regional estudaria a constituição de cada uma das regiões, ramificando-se em *Corologia* e *Topografia*, a primeira responsável por descrever uma região de extensão maior, já a segunda descreveria com detalhes pequenas extensões².

Influenciado por autores como Ratzel, Humboldt e Ritter, o geógrafo alemão Alfred Hettner (1859-1941) tomava a diferenciação da superfície terrestre como o objetivo central da geografia. Assim, caberia a geografia identificar, descrever e comparar as unidades espaciais. Foi a ideia de descrever e interpretar o caráter variável da superfície terrestre que afirmou o

¹ Hartshorne, R. 1978.

² Varenius, 1974, p. 134-135.

fundamento corológico da disciplina, sendo este a sua essência (LENCIONI, 2003, p. 123). Além disso, ao assumir a geografia a partir de um ponto de vista corológico, eliminaria-se a querela de ser esta uma ciência humana ou física.

Nos Estados Unidos coube à R. Hartshorne (1899-1992) desenvolver o pensamento de Hettner. Em seus escritos, define a geografia também como o estudo da diferenciação de áreas, ou então, o estudo das diferenças regionais. Era este viés, da distribuição e localização, que diferenciaria a geografia das outras ciências, e lhe garantiria uma natureza epistemológica distinta. Para ele, estas unidades ou regiões analisadas seriam uma construção do pesquisador, o que interessaria aqui era se que se estabelecessem relações entre os fenômenos, com vistas a explicar a superfície terrestre. A geografia cuidaria então de fenômenos de caráter heterogêneo, sendo a região o elemento capaz de dar conta destas distinções. Desta forma, a região seria “uma área de localização específica, de certo modo distinta de outras áreas, estendendo-se até onde alcance essa distinção” (HARTSHORNE, 1978, p. 138).

Tal movimento que se configurou, e que por algum tempo justificou os estudos geográficos, pode ser entendido a partir da tradição da ciência geográfica, bem como na voz de um de seus maiores expoentes – o francês Vidal de La Blache – em tomá-la enquanto a *ciência dos lugares*. Assim, o elemento mais importante para a análise estaria no revelar do objeto geográfico, ainda que este apresentasse distinções entre os próprios geógrafos. Pensar o espaço, em suas diferentes escalas, enquanto morada da sociedade, superfície ou mesmo palco das relações humanas, significava pensar geograficamente.

Dito isso, outra constatação pode ser feita para ajudar-nos a compreender a noção da localização ao longo do pensamento geográfico – o sentido que a própria ciência geográfica deu para *espaço*. Sem entrar no detalhamento que tal consideração necessita, cabe mencionar por hora que a lógica de ordenação de pensamento que se teve ao longo desta tradição, revela o entendimento de um espaço em seus termos absolutos, ou seja, metrificável e quantificável.

O espaço (o todo) era concebido como a soma de todos os lugares (as partes). Ou seja, um espaço absoluto passivo de recortes, que se mostraria enquanto o “maior lugar possível”, e que, portanto apareceria como categoria privilegiada da análise, para usar as palavras de Armando Corrêa da Silva (1979, p. 68). Este se dividiria em regiões, áreas e territórios a serem minuciosamente analisados. Daí a necessidade da localização e da descrição enquanto método.

Assim, no momento, cabe-nos buscar bases para compreender os princípios da corografia e da corologia como pressupostos fundamentais à ciência geográfica. Há, portanto, neste trabalho um esforço de superação daquilo que fora apresentado até então pelos autores clássicos. Vale salientar que tal esforço de modo algum equivale a leviandade da refutação destas colocações, haja vista que toda reflexão aqui estabelecida em muito diz respeito aos apontamentos feitos pelos autores do pensamento geográfico.

A superação está no revelar de um entendimento da localização (e por que não da própria corologia?) não em seus termos quantitativos, do plano cartesiano, mas também em seus termos qualitativos. Sendo assim,

A localização não deve aqui ser entendida estritamente a partir das coordenadas geográficas, nos termos de uma cartografia cartográfica propriamente dita. Temos que somar conteúdo, e o conteúdo que perseguimos vai na direção de consubstanciar a ideia de uma cartografia geográfica, na qual a geografia disposta nessa linguagem se firma fundamentalmente por sua natureza qualitativa. É nessa Geografia que o conteúdo da Localização remete a posição do homem dentro de uma estrutura relacional, dentro de uma estrutura de co-habitações, na qual a distância não é tomada em termos métrico-quantitativos, mas sim em termos da intensidade qualitativa da relação. (MARTINS, 2007, p. 48).

Neste sentido, elementos como afetividade, identidade, e tecnologia, como os meios de comunicações, por exemplo, responderiam pela intensidade qualitativa das relações do homem em seu meio geográfico. Estar no mundo, nossa proposição inicial, evoca-nos uma discussão que vai além de uma localização no plano cartesiano, colocando-nos diante de uma trama de relações entre localizações, ou seja, uma distribuição.

Mediante esta constatação é que se abre a possibilidade de pensarmos o entendimento daquilo que Elvio R. Martins (2007) chamou de *consciência geográfica*. Para ele, a consciência da geografia que cerca o indivíduo diz respeito a uma reflexão acerca da tomada de consciência de sua própria existência. Estar localizado, ou pertencer a uma localização, não diz respeito simplesmente aos dados de uma cartografia cartográfica, como já

foi apresentado. Dizemos que *ter Sentido da Localização é ter consciência da trama (rede) de relações ao qual [o homem] está submetido* (MARTINS, 2009. Grifo nosso). Se existir é correlacionar-se, acreditamos que ter sentido de localização diz respeito, conseqüentemente, à própria noção de existência do homem.

Portanto, ter consciência de minha geografia e de sua representação aponta para a ideia da própria inserção do homem no mundo, localizado em uma rede de distribuições, em uma trama localizações específicas, extrapolando seus limites quantitativos. Ter para si uma consciência geográfica é ter consciência do meu lugar na trama de relações, e assim, saber a qual geografia eu pertenço e estou envolvido.

Será desta maneira que “*o sentido da localização se definirá pela intensidade qualitativa da relação e pela extensão a que se vê inserido o ente*”. (MARTINS, 2007, p. 48). Aqui, além de emergir outro entendimento para o sentido de localização, o autor, faz emergir outra noção de espaço, baseada, sobretudo, em Leibniz quando o afirma enquanto a ordem das coisas que co-habitam, ou co-existem³. Será a partir desta relação de co-existência que falaremos, então, do ser-no-mundo e, de certa forma, do *ser-aí* de Martin Heidegger (1988).

O ser-aí (ou *Dasein*, para usar o termo original) se relaciona com outros entes, tem necessidade do mundo e das coisas que o constitui. Estar no mundo evoca o *cuidado*, o ocupar-se, projetar-se para algo. Assim sendo, o *-aí* do ser remete muito além da superfície terrestre, ou do plano cartesiano. Para além da ideia de sítio, esta apreensão, este cuidado, leva-nos a uma trama de relações deste com objetos e outros *seres-aí*. Ao se por na relação, em um projeto, o ser se envolve, compromete-se com valores, abre-se para possibilidade de escolhas. E, neste sentido poderíamos pensar nos elementos qualitativos que comporiam a trama de relações na qual o homem está inserido.

Ainda que as colocações aqui exposta apareçam, em certa medida, como algo pouco discutido dentro da geografia, necessitando, portanto, de um debate mais intenso entre aqueles que se dedicam ao assunto, sinalizamos alguns apontamentos presentes já em autores clássicos. Será neles que encontraremos também suporte para tais reflexões.

Pierre George já caminhava para uma perspectiva de entendimento da localização que iria adiante de uma noção puramente cartesiana, ou quantitativa. Para ele, “*a consciência de ocupar um espaço de localização constitui uma das formas mais simples de consciência de*

³ Ler: Martins, 1996.

sua própria existência”. (1969, p. 44). Em certa medida sustentando aquilo que foi apresentado aqui, quando tomamos a noção de localização como elemento fundamental ao próprio entendimento da consciência geográfica.

Jan Broek (1967) colocava que a primeira ideia pela qual um geógrafo responde diz respeito ao “onde das coisas”,

A primeira pergunta que um geógrafo sempre faz sobre alguma coisa é: ‘Onde fica?’ Projetando a localização de coisas ou pessoas no mapa, ele está revelando os padrões de sua distribuição. Não pode haver dúvida de que se trata de um modo muito eficiente de descobrir as relações de área entre das ou mais variáveis [...] A localização de um objeto é um atributo do próprio objeto e, portanto, uma parte legítima da preocupação das ciências que o estudam. (BROEK, 1967, p. 107).

Como tentativa de elaboração de uma análise atual acerca destas colocações, propomos o entendimento da tomada de consciência do “onde” de Jan Broek a partir daquilo que chamamos de *sentido de localização*, ou seja, o homem em seu meio geográfico, numa determinada localização. Além disso, suas colocações levam-nos a entender a noção de localização como um dado ou um atributo do próprio objeto, permitindo-nos pensá-la enquanto um elemento fundante (e fundamental) de sua própria existência.

Onde estou, e onde estão as outras coisas que compõe minha alteridade, qual sua distribuição, qual a distância que estão de mim, enfim, qual a Geografia que me cerca em sua extensão e que representação tenho dela: essa representação equivale ao sentido de localização, ou à consciência geográfica. (MARTINS, 2007, p. 49).

Na relação com seu meio geográfico o homem encontra o seu sentido de localização. Assim, acreditamos ser este o momento oportuno para concentrarmos nosso esforço naquilo que diz respeito ao sentido de localização, e este não estará completo se não o inserirmos no seu cenário de reflexão e que diz ao mundo contemporâneo.

Da constatação do conteúdo alienado da cidade, Fredric Jameson em Pós-Modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio oferece uma rica contribuição para nossas colocações à medida que em sugere, baseado em Kevin Lynch, que “*a alienação urbana é diretamente proporcional à impossibilidade do mapeamento mental das paisagens urbanas*”. (2004, p. 410). Para Jameson a vida cotidiana na cidade envolveria uma série de novos problemas, e dentre eles, uma confusão social e espacial que não permitiria aos sujeitos possuir um sentido e uma representação sobre o seu lugar no sistema global, perdendo com isto, a capacidade de agir e lutar, neutralizadas nestas confusões. Esta era, para ele, uma questão de ordem espacial. E, a possibilidade de enfrentamento desta constatação estaria naquilo que ele chamou de *estética do mapeamento cognitivo*.

Em outras palavras, em um mundo que não passa de um simulacro de si próprio, os indivíduos “*são incapazes de mapear (mentalmente) sua própria posição ou a totalidade urbana na qual se encontram*”. (2004, p. 76). Nestes termos, a função do mapeamento cognitivo estaria justamente em permitir a representação situacional do sujeito em relação àquela totalidade, de modo que,

A desalienação na cidade tradicional envolve, então, a reconquista prática de um sentido de localização e de reconstrução de um conjunto articulado que pode ser retido na memória e que o sujeito individual pode mapear e remapear, a cada momento das trajetórias variáveis e opcionais. (JAMESON, 2004, p. 77, grifo nosso).

Fica claro em Jameson que o mapeamento cognitivo não envolve uma cartografia tradicional, de aplicação de latitudes e longitudes. Este mapeamento, em um sentido mais amplo começaria então “*a exigir a coordenação de dados da existência (a posição empírica do sujeito) com concepções não vividas, abstratas, da totalidade geográfica*”. (*Op. cit.*, p.78).

Para nós, Jameson deixa claro que existe uma questão mal colocada e mal resolvida sobre a reconquista de um sentido de localização, porém, o autor não a explicita. Encontramos nas colocações de Elvio R. Martins, acerca do sentido de localização, um possível diálogo que pode frutificar um rico debate sobre as hipóteses aqui explicitadas. Acreditamos que se existe

a possibilidade de debate com as colocações postas por Jameson, definitivamente a geografia não deve se furtar de realizar tal tarefa.

As ideias que inspiraram Fredric Jameson estão em *A Imagem da Cidade* de Kevin Lynch. Neste livro o autor desenvolve um estudo acerca da imagem ambiental de determinadas realidades, no caso, três cidades norte-americanas: Boston, New Jersey e Los Angeles. Para ele, o mapeamento mental dos ambientes revelava a dificuldade que os homens tinham de estruturar imagens, de modo a se formar um sistema coerente, ainda que estes mesmos homens conseguissem falar, pensar e reconhecer os objetos com facilidade (2006, p. 141). Foi diante desta obra que Fredric Jameson sugeriu a impossibilidade do mapeamento mental das paisagens urbanas. Todavia, extrapolou os limites do pensamento da experiência da “forma urbana” de Kevin Lynch, e reformulou a ideia de pensar o posicionamento local do sujeito individual diante daquilo que ele chamou de totalidade das relações de classe.

Outras áreas do conhecimento, sobretudo a Arquitetura e a Psicologia – esta também inspirada em ideias da chamada Psicologia Ambiental – se envolveram com o trabalho de Kevin Lynch para analisar, sobretudo o comportamento do homem diante de seu meio, enquanto percepção individual e representação social. A experiência do homem diante de seu meio mostraria uma imagem mental reveladora de elementos significativos inclusive para possíveis intervenções no desenho da cidade, ou em sua forma como pretendem alguns. Deste modo, abriu-se uma série de estudos que levavam em consideração a observação da paisagem, manifestações afetivas, aspectos fenomenológicos, elementos da cognição, percepção e mesmo comportamento do homem diante de seu meio, quase todos inspirados na metodologia do mapeamento mental proposto em *A Imagem da Cidade*.

Na geografia, provavelmente o nome mais recorrente nestes estudos é o de Yi-Fu Tuan com seu livro *Topofilia*, onde esta designaria o elemento afetivo entre o indivíduo e o lugar (1980, p. 05), associando sentimentos a este último. Antes de tecermos juízos, acreditamos que esses trabalhos, por levarem em consideração muito da subjetivação humana, constituem elementos que revelam também ser possível falarmos de um fundamento geográfico presente no homem, e na sociedade. E, em certa medida, aparecem como possibilidade de superação da ciência geográfica enquanto a “ciência dos lugares”. Trata-se de uma rua de mão-dupla, onde o enfoque é dado à relação.

Pensar na elaboração de mapas mentais (ou cognitivos) para compreendermos a trama de relações a qual o homem está envolvido pode, enfim, sinalizar – por parte de uma das linguagens de representação da ciência: a cartografia – uma tentativa de reflexão em termos menos quantitativos. Ou seja, de uma cartografia geográfica.

A partir do ponto de partida de nossas indagações – da constatação de que *estamos no mundo* – e daquilo que foi exposto, buscamos realizar o esforço de pensarmos a real importância do sentido de localização na constituição da consciência geográfica do ser – ou melhor, do *ser urbano* – sobretudo quando nos damos conta do conteúdo alienado desta urbanidade. Longe de resolver problemas, procuramos neste momento levantar questões e algumas hipóteses daquilo exposto aqui.

Ruy Moreira aponta que todo ente para ser geográfico precisa, necessariamente, estar localizado e situado em uma distribuição de localizações (2007, p. 157). Assim, o geográfico se estabelece a partir de localizações e distribuições. Longe de apresentarmos conclusões finais, acreditamos que somente no momento em que considerarmos tais redes de localizações e distribuições (diferenciadas escalarmente) também como relações qualitativas, é que poderemos avançar em um debate que diga respeito à tomada de consciência geográfica do ser e seu sentido de localização, e assim, poderemos concordar com a expressão de Ruy Moreira: *estar é ser-no-mundo*⁴ (e existir é estar no mundo das relações).

Referências

ABBAGNANO, Nicola. *História da Filosofia*. Lisboa: Editorial Presença, 1970.

BROEK, Jan. *Iniciação ao Estudo da Geografia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

DEMANGEON, Albert. *Problemas de Geografia Humana*. Barcelona: Ediciones Omega, 1963.

GEORGE, Pierre. *Sociologia e Geografia*. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 1969.

GOMES, P. *Geografia e modernidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

⁴ Moreira, 2007, p. 157.

HARTSHORNE, Richard. *Propósitos e Naturaza da Geografia*. São Paulo: Ed. Hucitec; Edusp, 1978.

HEIDEGGER, Martin. *Ser e Tempo*. Petrópolis: Vozes, 1988.

JAMESON, Fredric. *Pós-Modernismo: A lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Editora Ática, 2004.

KANT, Immanuel. *Introdução à Geografia Física*. *Revista GEOgraphia*. Rio de Janeiro: Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense, 2007, Ano IX, nº 17. Tradução: Leonardo Arantes.

LA BLACHE, Paul Vidal. *As características Próprias da Geografia*. In: _____ (Org.). *Perspectivas da Geografia*. São Paulo: Difel, 1985. 2ª Edição.

LENCIONI, Sandra. *Região e Geografia*. São Paulo: Edusp, 2003.

LYNCH, Kevin. *A Imagem da Cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

MARTINS, Elvio R. *Da Geografia à Ciência Geográfica e o Discurso Lógico*. Tese de Doutorado. São Paulo: Departamento de Geografia - FFLCH/USP, 1996.

_____. *Geografia e Ontologia: o fundamento geográfico do ser*. *Revista GEOUSP - Espaço e Tempo*. São Paulo: Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, 2007. nº. 21. pp. 33-51.

_____. *Pensamento Geográfico é a Geografia em Pensamento*. In: KATUTA, Ângela [et. al]. *Geografia e Mídia Impressa*. Londrina: Moriá, 2009.

MOREIRA, Ruy. *Pensar e Ser em Geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfica*. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

_____. *O Pensamento Geográfico Brasileiro, vol. 01: as matrizes clássicas originárias*. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

SILVA, Armando Corrêa da. *Cinco Paralelos e um Meridiano*. Tese de Livre Docência. São Paulo: Departamento de Geografia - FFLCH/USP, 1979.

TATHAM, G. *As Geografias no Século XIX*. In: *Boletim Geográfico*. Rio de Janeiro, 157, 1960.

TUAN, Yi-Fu. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel - Difusão Editorial S.A., 1980.

VARENIUS, Bernard. In: CAPEL, H. (Ed.). *Geografía General: en la que se explican las propiedades generales de la Tierra*. Barcelona, Ed. De la Universidad de Barcelona, 1974.